



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
(FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Wellya Lyerlen Amaral Gomes Portela

Governança Digital: uma revisão bibliométrica no Brasil

Brasília, DF
2023

Wellya Lyerlen Amaral Gomes Portela

GOVERNANÇA DIGITAL: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso Monografia apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial de obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof. Responsável: Prof. Dr^a. Clesia Camilo Pereira

Linha de pesquisa: Contabilidade para Tomada de Decisão

Área: Auditoria e Controles Públicos

Brasília, DF
2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

PP843g Portela, Wellya Lyerlen Amaral Gomes
Governança Digital: Uma revisão bibliométrica no Brasil /
Wellya Lyerlen Amaral Gomes Portela; orientador Clesia
Camilo Pereira. -- Brasília, 2023.
49 p.

Monografia (Graduação - Ciências Contábeis) --
Universidade de Brasília, 2023.

1. Governança Digital. 2. Tecnologia da Informação e
Comunicação . 3. TICs. 4. Bibliometria. I. Pereira, Clesia
Camilo, orient. II. Título.

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

WELLYA LYERLEN AMARAL GOMES PORTELA

GOVERNANÇA DIGITAL: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso Monografia apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito parcial de obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Profa. Dr^a. Clesia Camilo Pereira
Orientadora
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof. Dr. José Marilson Martins Dantas
Examinador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB) ou outra instituição

BRASÍLIA
2023

Dedico este trabalho
a Deus, meus pais e meu gato
Cinzento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por me dar forças nos momentos mais difíceis.

Agradeço aos meus pais por todo o carinho, apoio e amor incondicional.

Agradeço ao meu gato Cinzento, luz da minha vida, pelo companheirismo.

Agradeço, imensamente, à minha orientadora, Prof. Dr^a. Clesia Camilo Pereira por todo apoio, incentivo, conversas enriquecedoras e crescimento pessoal e acadêmico.

Agradeço à empresa júnior, Ábaco Consultoria Contábil Jr., por me apresentar um novo mundo profissional.

Agradeço aos meus colegas de curso por me ajudarem nesta caminhada acadêmica.

RESUMO

A adoção do Governo Federal às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), como forma de melhorar a prestação dos serviços públicos, promover a transparência, aprimorar canais de comunicação e fomentar a participação social, marcou a transição para o governo eletrônico, ou o e-Gov. O processo de transformação digital propiciou marcos normativos importantes tais como: Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101), Portal da Transparência, Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527), Marco Civil da Internet (Lei 12.965), Política de Dados Abertos aos cidadãos (Decreto nº 8.777), Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709) e a Estratégia de Governança Digital (EGD). Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo realizar uma revisão bibliométrica, relacionado ao tema da governança digital e às TICs, de modo a acompanhar a produção científica e o desenvolvimento do tema tanto no setor público quanto no setor privado. E, assim responder, ao seguinte problema de pesquisa: como se apresenta a produção científica sobre Governança Digital no Brasil?. A pesquisa foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES/MEC, na base da *Spell*, na base da *Scielo*, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na base do Google Acadêmico com o intuito de analisar as abordagens sobre governança digital. Utiliza-se de métodos bibliométricos, análise avaliativa e descritiva aplicada à Lei de Lotka. O resultado mostra que é notável o desenvolvimento do Brasil no uso das TICs para promover a transparência das informações, melhorias de serviços, a participação social e a inclusão digital. No entanto, ainda há assimetrias informacionais nas esferas do poder público. Percebe-se que a produção de estudos relacionados à Governança Digital ainda é pequena, mesmo havendo aumento de publicações desde 2016. Pode-se considerar uma área do conhecimento ampla, aberta e com muitas oportunidades de pesquisa.

Palavras-chaves: Governança Digital, Tecnologia da Informação e Comunicação, TICs, bibliometria.

ABSTRACT

The Federal Government's adoption of Information and Communication Technologies (ICTs), to improve the provision of public services, promote transparency, improve communication channels and encourage social participation, marked the transition to the e-government, or e-Gov. The digital transformation process provided important regulatory frameworks such as: Fiscal Responsibility Law (Complementary Law nº 101), Transparency Website, Law of Access to Information (Law nº 12.527), Internet Civil Framework (Law 12.965), Data Policy Open to citizens (Decree No. 8777), General Data Protection Law (Law No. 13709) and the Digital Governance Strategy (DGS). In this way, this research aims to carry out a bibliometric review, related to the subject of digital governance and ICTs, in order to follow the scientific production and the development of the subject both in the public and private sectors. Thus answer to the following research problem: how is scientific production on Digital Governance presented in Brazil? The research was carried out in the website of CAPES/MEC, in the base of Spell, in the base of Scielo, in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and in the base of Google Scholar in order to analyze the approaches on digital governance . It uses bibliometric methods, evaluative and descriptive analysis applied to Lotka's Law. The result shows that Brazil's development in the use of ICTs to promote information transparency, service improvements, social participation and digital inclusion is remarkable. However, there are still informational asymmetries in the spheres of public power. It is noticed that the production of studies related to Digital Governance is still small, even with an increase in publications at 2016. It can be considered a broad and open area of knowledge with many research opportunities.

Keywords: Digital Governance, Information and Communication Technologies, TICs, bibliometrics.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Retorno de buscas CAPES	19
Tabela 2 – Retorno CAPES após análise de conteúdo	19
Tabela 3 – Retorno busca Spell, Scielo e retorno após análise de conteúdo	20
Tabela 4 – Quantidade final de artigos, teses e dissertações	21
Tabela 5 – Área de formatação dos autores	22
Tabela 6 – Vínculo dos autores com universidades e local	24
Tabela 7 – Grau de titulação	25
Tabela 8 – Perfil dos autores	26
Tabela 9 – Número de publicações	26
Tabela 10 – Número de publicações periódico	28
Tabela 11 – Artigos mais citados	28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Frequência de publicação	27
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REVISÃO DE LITERATURA	11
3 METODOLOGIA.....	17
4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO	211
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
6.REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

O advento da Internet e as inovações tecnológicas em comunicações, segundo Medeiros e Guimarães (2006), proporcionaram às organizações a possibilidade de migrar seus sistemas existentes em plataformas convencionais para sistemas com interface web. Tendo a internet como destaque, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são a junção de recursos tecnológicos e computacionais com a tecnologia das comunicações (Miranda, 2007). Por conseguinte, a transformação digital, ocasionada pela evolução das TICs e expansão da internet, nas últimas décadas, tem impactado a maneira como as organizações se constituem e interagem com o mundo (Mesquita, 2020). Diante deste contexto, a internet é um meio que viabiliza o trânsito das informações (Castells, 1999) e, em conjunto, com as TICs fomenta o desenvolvimento da governança digital.

Governança digital e TICs vêm sendo interesse de pesquisa devido a contemporaneidade dos temas. Liparini e Baldissera (2020) buscaram descrever as características da produção científica acerca da Tecnologia da Informação com enfoque na Contabilidade Pública por meio de uma análise bibliométrica. Observou-se que a tecnologia da informação e contabilidade pública estava sempre relacionado há outros assuntos, aparecendo como um complemento para relatar a sua importância na área pública e instrumento para o processo de tomada de decisões, a fim de contribuir para o desempenho e melhor qualidade dos serviços das organizações.

Com uma linha de pesquisa similar, M. G. S. Gomes et al., (2022) tiveram por objetivo realizar uma revisão sistemática dos termos: Transformação Digital, Governo Digital e Governança Digital a fim de analisar como as organizações públicas empregam as TICs como instrumentos estratégicos de melhoria dos serviços. Os resultados demonstram que as publicações sobre os temas tiveram uma evolução entre os anos de 2018 e 2020. Verificou-se a importância do desenvolvimento de ferramentas e soluções digitais no governo brasileiro e do planejamento de ações estratégicas para a realização de melhorias na democratização do acesso às tecnologias.

César, D. D. O et al., (2017) apresentam, por meio de uma análise bibliométrica, o panorama das produções científicas sobre governança de TIC no contexto da administração pública. Os autores alertam os responsáveis pela administração das organizações públicas sobre pouca produção e visibilidade de trabalhos acerca da governança de tecnologia da informação. Assim, o tema deve ser difundido por ocupar lugar de relevância na gestão pública e na sociedade.

Sob outra perspectiva, Salume et al., (2021) identificam quais dimensões estão relacionadas ao estabelecimento de maiores níveis de maturidade digital para empresas no setor de varejo no Brasil. Assim como em outras pesquisas citadas, os autores observam que estudos que têm como foco um retrato sobre maturidade digital de setores econômicos no Brasil ainda são incipientes. Os resultados da pesquisa mostraram que as dimensões estratégia, mercado, operações, cultura e tecnologia são aquelas que estão mais relacionadas ao desenvolvimento da maturidade digital.

Acerca do uso da internet como ferramenta de transparência, Mendes-da-Silva e Magalhães Filho (2005) buscaram verificar a existência de associações entre características das empresas e a disseminação voluntária de informações financeiras usando a rede mundial de computadores, tomando como referência as empresas brasileiras. As evidências sugerem que um maior tamanho da empresa, assim como um menor retorno anual de suas ações, está associado a uma maior soma de informações financeiras disseminadas no site corporativo.

O uso da TICs como forma de reforçar a governança, disseminar informações e aproximar dos stakeholders não é uma característica apenas do setor público. Pode-se notar que, apesar de propósitos distintos, o setor privado também utiliza destas ferramentas. Além disso, estas também auxiliam na gestão de processos internos. E, por fim, tanto o setor público e privado interagem entre si compreendendo um ecossistema composto por atores sociais juntamente com a sociedade civil para debater sobre governança digital (OECD, 2004; 2014, citado em Santos, 2021, p.338).

Esta pesquisa, por sua vez, tem como objetivo lançar mão de uma revisão bibliométrica relacionado ao tema da governança digital e às TICs, de modo a acompanhar a produção científica e desenvolvimento do tema tanto no setor público quanto no setor privado. E, assim responder, ao seguinte problema de pesquisa: como se apresenta a produção científica sobre Governança Digital?.

O presente trabalho está organizado em cinco partes. Sendo a primeira, esta introdução. Seguindo para a segunda parte sobre o referencial teórico. A terceira parte contém a metodologia de pesquisa. Posteriormente, a descrição e análise de dados. Por último, parte dedicada às considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 EVOLUÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO PARA O GOVERNO DIGITAL NO BRASIL

O governo brasileiro intensificou a transformação digital com o Programa de Governo Eletrônico, nos anos 2000, com auxílio das Tecnologias da Informação e Comunicação, com adaptações e desafios para a aprimorar de processos e a qualidade na prestação de serviços.

A Administração Pública, por meio da Internet, buscou constituir novas formas de relacionamento com a sociedade sem a necessidade da presença física, tais como a entrega da declaração de imposto de renda, emissão de certidões e pagamento de impostos, acompanhamento de processos judiciais e informações sobre benefícios e aposentadoria da Previdência Social (Do Eletrônico ao Digital, 2020).

Esta fase do governo eletrônico concentrado no uso da Internet a fim de promover a transparência, *accountability*, comunicação, colaboração foi chamado por Sivarajah et al., (2015) de e-Gov 2.0. Período marcado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000) e pela Medida Provisória 2.200 (Medida Provisória no 2.200-2, 24 de agosto de 2001) que criou o ICP-Brasil, Infraestrutura de Chaves Públicas, que permitiu o uso de assinaturas eletrônicas, certificação digital e a validade legal dos documentos que transitam por meio eletrônico (Do Eletrônico ao Digital, 2020).

O ano de 2002, foi o momento de realinhar a política de Governo Eletrônico. Visando promover a cidadania, inclusão digital e a figura do cidadão, na posição de usuário clientes, dos serviços públicos, e o uso do software livre como recurso estratégico para otimizar recursos e investimentos em tecnologia da informação para implementação do governo eletrônico e garantir o acesso aos serviços público sem o uso de plataformas específicas (Do Eletrônico ao Digital, 2020).

O Portal da Transparência do Governo Federal foi criado e lançado pela Controladoria Geral da União (CGU) com o objetivo de fornecer um site de acesso livre ao cidadão para encontrar informações sobre a gestão pública (O que é e como funciona - Portal da transparência, [s.d.]). Outro grande passo foi a promulgação da Lei de Acesso à Informação (Lei no 12.527, 18 de novembro de 2011) para o fortalecimento das políticas e da cultura de transparência pública concedendo ao cidadão acesso às informações da União, dos estados, Distrito Federal e municípios.

O Marco Civil da Internet (Lei no 12.965, 23 de abril de 2014) tem o seu destaque na cronologia do governo eletrônico, pois estabeleceu princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina, no artigo 1º, as diretrizes para a atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.

A evolução de governo eletrônico para governo digital, em 2015, foi possível ao informatizar os processos internos de trabalho. Seguindo, assim, o objetivo de fornecer

serviços acessíveis e eficientes utilizando as tecnologias digitais. No entanto, este novo paradigma necessitava de respaldo normativo (Do Eletrônico ao Digital, 2020). Portanto, publicou-se o Decreto nº 8.638 (Decreto no 8.638, 15 de janeiro de 2016) instituindo a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e atribuiu-se ao Ministério do Planejamento a responsabilidade por elaborar a Estratégia de Governança Digital (EGD) a partir de três eixos estratégicos: Acesso à Informação, Prestação de Serviços e Participação Social (Do Eletrônico ao Digital, 2020).

O Decreto nº 8.777 (Decreto no 8.777, 11 de maio de 2016) instituiu a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal reforçando a cultura da transparência de dados para os cidadãos. Ademais, foi criada a Plataforma de Cidadania Digital por meio do Decreto nº 8.936 (Decreto no 8.936, 19 de dezembro de 2016) que dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Por meio do Decreto nº 9.319 (Decreto no 9.319, 21 de março de 2018), instituiu-se o Sistema Nacional para a Transformação Digital o qual estabelece a estrutura de governança para a implementação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital).

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei no 13.709, 14 de agosto de 2018) é uma consequência do uso da tecnologia no mundo e tem por objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade da pessoa física. Por isso dispõe de procedimentos e regulamentações para estabelecer sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, para pessoa física ou pessoa jurídica de direito público ou privado.

O portal único, gov.br, instituído pelo Decreto nº 9.756 (Decreto no 9.756, 11 de abril de 2019) dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo Federal focado em atender às necessidades do cidadão de forma simples mantendo, assim, um relacionamento direto com os órgãos federais.

Por fim, em 2020, foi lançada a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020-2022, Decreto nº 10.322 (Decreto no 10.322, 15 de abril de 2020) visando ofertar serviços de melhor qualidade com menor custo e acessíveis a todo momento e de qualquer para o cidadão no âmbito dos órgãos das entidades administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Diante de todo o contexto do governo eletrônico, é notável o desenvolvimento e busca de recursos para aprimorar essa modalidade eletrônica de serviços prestados pelo Governo Federal. Não se pode negar que houve a participação da sociedade exigindo melhorias de

atendimento a fim de atender às necessidades da população. No entanto, esta modalidade tinha suas limitações e dificuldades, portanto novas iniciativas surgiram e indicaram novos rumos para a administração pública e a convergência destas propiciaram alcançar a Governança Digital (Lobo, 2019).

Figura 1- Histórico do Governo Eletrônico/Governo Digital no Governo Federal Brasileiro



Fonte: Ministério do Planejamento, Fonte: Desenvolvimento e Gestão (2017a) citado em Revisão do Governo Digital do Brasil Rumo à Transformação Digital do Setor Público (OCDE, 2018)

2.2 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs)

O desenvolvimento da sociedade industrial culminou na era da tecnologia. Manuel Castells entende esse fenômeno como Sociedade em Rede que é “uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação...geram, processam e distribuem informações a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes” (Castells e Cardoso, 2003, p.20).

As Revoluções Industriais tiveram a sua parcela de contribuição para o aprimoramento das transformações tecnológicas para as empresas, para a sociedade e para a economia. A Terceira Revolução Industrial, segunda metade do século XX, desenvolveu equipamentos eletrônicos capazes de automatizar processos produtivos (Deloitte, 2014; McKinsey, 2016; Schwab, 2016; citado em Aires, Moreira e Freire, 2017).

A transição para a Quarta Revolução Industrial é caracterizada “pela integração e controle da produção a partir de sensores e equipamentos conectados em rede e da fusão do mundo real com o virtual, criando os chamados sistemas ciberfísicos e viabilizando o emprego da inteligência artificial” (Confederação Nacional da Indústria, 2016, p.11). Diante construção do conhecimento globalizado, é possível notar o impacto que a inovação vem promovendo no desenvolvimento dos países.

Canabarro e Pimenta (2014) associam o uso das TICs juntamente com a governança digital, a partir desses: “Princípios, plataformas, metodologias, processos e tecnologias digitais para a reflexão sobre e a realização de atividades relacionadas a Governo, em todas suas esferas, de forma a configurar o que tem se convencionado chamar de Governo Eletrônico, E-Government ou simplesmente e-Gov” (p.10).

O uso das TICs é meio para viabilizar a inovação e o aprimoramento nas relações do Estado com a sociedade, do Estado com as empresas, do Estado com outros países e do Estado internamente na gestão pública.

2.3 GOVERNANÇA DIGITAL E GOVERNO DIGITAL

O início da Governança Digital no Brasil ocorreu por meio do Decreto nº 8.638 (Decreto no 8.638, 15 de janeiro de 2016) instituindo a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Esta política será implementada conforme Estratégia de Governança Digital (EGD) a partir de três eixos estratégicos: Acesso à Informação, Prestação de Serviços e Participação Social (Do Eletrônico ao Digital, 2020). Portanto, ao tratar de Governança, observa-se a necessidade de um planejamento estratégico visando metas e planos de ação.

Por outro lado, segundo a OCDE, o Governo Digital possui seis dimensões: a primeira é o governo centrado no usuário, segunda o governo fornece serviços aos cidadãos antes de

uma solicitação, terceira o setor público orienta-se para os dados para compreender as tendências e necessidades dos usuários, a quarta é o uso das tecnologias digitais para formalizar políticas de serviços, quinta viabilizar canais colaborativos e sexta divulgação de dados abertos por meio da tecnologia (OCDE, 2018, p. 1).

Diante dos cenários, pode-se observar que a Governança Digital abarca a área estratégica da entidade, no caso do setor público, o Governo Federal. E faz

uso de tecnologias digitais, como parte integrante das estratégias de modernização dos governos, na criação de valor público. Baseia-se em um ecossistema de governo digital composto de atores governamentais, não-governamentais, empresas, associações civis e de indivíduos, que apoia a produção e o acesso aos dados, serviços e conteúdo por meio de interações com o governo. (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2016; citado em OCDE, 2018, p.4)

Assim, delinea caminhos para desenvolver tecnologias e aprimorando sua relação com os stakeholders. O Governo Digital está uma linha abaixo na hierarquia da entidade, pois está concentrado em operacionalizar as metas e planos de ações alinhados com a governança. Dessa forma, o Brasil vem se desenvolvendo por meio do governo eletrônico e governança eletrônica passou por uma fase de transição e alcançou a Era Digital.

2.4 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

O processo de desenvolvimento da governança digital das empresas tanto no setor público quanto privado é uma estratégia, como foi observado nas pesquisas de Mendes-da-Silva e Magalhães Filho (2005), César, D. D. O et al., (2017), Liparini e Baldissera (2020), Salume et al., (2021) e M. G. S. Gomes et al., (2022).

No caso do setor público, este processo consistia em algumas estratégias focadas, inicialmente, na oferta do serviço público, participação cidadã e transparência. Depois entendeu-se a necessidade de construir estruturas internas que contribuíssem para o desenvolvimento e entrega destes objetivos um exemplo é o Portal da Transparência.

O Portal da Transparência consiste na divulgação de dados de diversas fontes do Governo Federal, tais como Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) –, as bases de benefícios sociais, as faturas de Cartão de Pagamentos do Governo Federal, as bases de imóveis funcionais (O que é e como funciona - Portal da transparência, [s.d.]). Portanto, dados orçamentários e financeiros intimamente relacionado à Contabilidade Pública.

Sob outra perspectiva, Mendes-da-Silva e Magalhães Filho (2005) pesquisaram acerca da divulgação voluntária de informações financeiras de empresas brasileiras não-financeiras

listadas na Bovespa em sites corporativos como forma de relacionar com investidores oferecendo transparência ao mercado. A comunicação destes dados financeiros também condizem com informações produzidas pela Contabilidade Societária.

A estratégia de governança utilizado em cada setor possui suas peculiaridades, mas há um fator em comum: informações contábeis-financeiras. Segundo Padoveze et al., (2004), a informação é essencial e fator que diferencia a gestão nas organizações, principalmente para auxiliar na tomada de decisão, e a contabilidade ocupa este lugar de principal sistema de informações úteis e necessárias para a tomada de decisão. Almeida (2010), complementa que em ambiente de alta competitividade produz efeito de discricionariedade contábil proporcionando aumento da qualidade contábil.

Pode-se inferir que a informação contábil é fundamental para as organizações, contribui para o desenvolvimento da governança e auxilia na tomada de decisão. Portanto, associar a Contabilidade e as TICs favorece a divulgação informacional aos *stakeholders*, como é o Portal da Transparência e os sites corporativos, e na construção tempestiva e de qualidade da informação contábil, como o Siafi e ferramentas internas de controle.

3 METODOLOGIA

Apresenta-se nesta seção de metodologia a descrição dos procedimentos metodológicos, a coleta da amostra e a construção da base de dados.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho consiste em uma pesquisa bibliométrica realizada com o intuito de analisar as abordagens dos artigos, teses e dissertações acerca da governança digital no Brasil. Segundo Naseer e Mahmood (2009, p. 3 e 4), as pesquisas bibliométricas são divididas em dois estudos: descritivos e avaliativos. Estudos descritivos são relacionados à contagem da produção acadêmica como de artigos, livros e outros formatos. Por outro lado, estudos avaliativos referem-se à contagem de citações e referências.

As três principais leis bibliométricas são: Lei de Bradford, Lei de Lotka e Lei de Zipf. A Lei de Bradford possibilita estimar o grau de relevância de periódicos de áreas do conhecimento. Lei de Lotka, por sua vez, está associado a produtividade dos autores. E, por fim, Lei de Zipf relaciona-se à frequência de palavras de um texto (Guedes, Borschiver, 2005, p. 3 e 5). Portanto, é pesquisa de métodos bibliométricos análise avaliativa e descritiva aplicada à Lei de Lotka.

3.2 COLETA DA AMOSTRA

Para a construção da amostra, a pesquisa bibliográfica, inicialmente, foi realizada na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES/MEC. As coletas foram realizadas entre

05/12/2022 e 31/12/2022, portanto, a primeira fase da pesquisa foi restrita ao Periódicos da CAPES.

Os termos indexadores utilizados como busca no campo assunto foram: “governança digital”, “governança digital e TICs”, “governança digital e setor público”, “governança digital e empresa” e “governança digital e tecnologia da informação e comunicação e TICs”.

Durante a coleta na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES, fez-se necessário o uso de dois filtros para restringir a pesquisa na palavra-chave Governança Digital: textos em formato de artigo e textos em língua portuguesa, a fim de retirar outros tipos de recurso e artigos que tratassem do tema governança digital, mas no contexto de outros países. Nos termos indexadores restantes, utilizou-se, apenas, o filtro: artigos. O retorno da pesquisa obteve os seguintes números, conforme tabela abaixo:

Tabela 1- Retorno busca CAPES

Termo Indexador	1º Resultado	2º Resultado
Governança Digital	501	139
Governança Digital e TICs	25	22
Governança Digital e Setor Público	20	14
Governança Digital e Empresa	47	43
Governança Digital e Tecnologia da Informação e Comunicação e TICs	22	19
Total	615	237

Fonte: elaboração própria

É possível notar que a uso dos dois filtros na busca da palavra-chave “Governança Digital” excluíram artigos que estavam fora do escopo da pesquisa e restringiu de forma contundente os trabalhos a serem analisados. A segunda fase da coleta foi avaliar o resumo dos trabalhos e verificar, mais uma vez, se condiz com o escopo do objeto de pesquisa. Alguns artigos foram excluídos por repetição e outros por não estarem em consonância com a pesquisa. E a tabela atualizada retornou os seguintes números:

Tabela 2- Retorno CAPES após análise de conteúdo

Termo Indexador	1º Resultado		2º Resultado	
	Resultados	Excluídos	Resultados	Utilizados
Governança Digital	501	114	139	25
Governança Digital e TICs	25	14	22	8
Governança Digital e Setor Público	20	8	14	6
Governança Digital e Empresa	47	36	43	7

Governança Digital e Tecnologia da Informação e Comunicação e TICs	22	19	11	8
Total	615	237	183	54

Fonte: Elaboração própria

Fez-se uma segunda parte da coleta entre 31/12/2022 e 15/01/2023 na base da *Spell*, na base da *Scielo*, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na base do Google Acadêmico.

A base da *Spell* e *Scielo* seguiram o mesmo padrão de termo indexador da base da CAPES repetindo a mesma ordem de busca: “governança digital”, “governança digital e TICs”, “governança digital e setor público”, “governança digital e empresa” e “governança digital e tecnologia da informação e comunicação e TICs”.

Conforme a base da CAPES, nessa coleta houve uso do filtro da plataforma nos mesmos termos artigos e língua portuguesa para a palavra-chave “governança digital” e, posteriormente, o critério de avaliação do conteúdo do artigo pelo resumo.

Estes foram os seguintes resultados:

Tabela 3- Retorno busca Spell, Scielo e retorno após análise de conteúdo

Indexador	Spell	Excluído	Utilizado	Scielo	Excluído	Utilizado
Governança Digital	34	17	17	18	12	6
Governança Digital e TICs	3	1	2	1	0	1
Governança Digital e Setor Público	2	1	1	0	0	0
Governança Digital e Empresa	7	6	1	0	0	0
Governança Digital e Tecnologia da Informação e Comunicação e TICs	1	0	1	0	0	0
Total	47	25	22	19	12	7

Fonte: Elaboração própria

Mantido o mesmo critério de busca e análise de conteúdo dos artigos, pode-se concluir que a palavra-chave “governança digital” trouxe quantidade maior de resultados em todas as três bases utilizadas. E, após filtro e análise, manteve com a maior seleção de artigos utilizados para compor a base de dados. Por outro lado, o uso de três palavras-chaves, na tentativa de buscar artigos prováveis de encaixarem no escopo da pesquisa, não trouxe os melhores resultados como as buscas mais abrangentes.

Na tentativa de alcançar outros tipos de recursos e ampliar as bases da pesquisa, fez-se uma terceira fase de coleta na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

O termo indexador utilizado foi “governança digital”. Incluindo somente governança digital no buscador com a opção título selecionado, retornou 18 resultados.

O uso das aspas para pesquisar teses e dissertações com os dois termos juntos, com a opção título selecionada, teve-se o retorno de 8 resultados. Este resultado restrito foi para a análise de conteúdo e, portanto, todos foram incluídos na base.

A quarta fase da pesquisa foi motivada pela curiosidade em descobrir quais resultados seriam gerados, caso fosse utilizado a mesma palavra-chave, com aspas, usada na BDTD e a mesma seleção de título na base do Google Acadêmico. Nesta base, é comum os números de resultados aparecem na casa dos milhares, mas esta forma de pesquisa trouxe 80 resultados. Após análise de conteúdo, restaram 35 pesquisas para a base de dados.

Desta forma, somando todas as bases pesquisadas tem-se uma base de dados total de 127 pesquisas entre artigos, teses e dissertações. No entanto, esse valor foi reduzido após serem retidas pesquisas repetidas e passarem por última análise de conteúdo. A quantidade final de artigos, teses e dissertações utilizadas segue a tabela abaixo:

Tabela 4 – Quantidade final de artigos, teses e dissertações

Base	Repetidos	Retirados	Saldo
127	60	4	63

Fonte: Elaboração própria

3.3 CONSTRUÇÃO DA BASE DE DADOS

As informações dos 63 artigos, teses e dissertações foram inseridas no programa Microsoft® Excel e tabeladas. As categorias da base de dados são: plataforma que o artigo foi encontrado, termo indexador ou código da pesquisa usado para achar o documento, número de série, título, quantidade de autor (es), nome (s) do (s) autor (es), vínculo do autor (es), formação autor (es), local do vínculo do autor(es), ano de publicação, palavras-chave, temática da pesquisa, objetivo da pesquisa, metodologia utilizada na pesquisa, principal (is) resultado (s), recomendação de pesquisa, link, publicação e, por fim, número de citações.

O preenchimento da tabela com as informações de cada pesquisa, isto é, as categorias: quantidade de autor (es), nome (s) do (s) autor (es), palavras-chave, temática da pesquisa, objetivo da pesquisa, metodologia utilizada na pesquisa, principal (is) resultado (s), recomendação de pesquisa foram retiradas do próprio documento, garantindo, portanto, a objetividade dos dados.

Por outro lado, outras categorias tais como: link e publicação foram retirados do site da revista ou do repositório da tese e dissertação. Informações pessoais relativas aos autores, como vínculo do autor (es), formação autor (es), local do vínculo do autor(es), foram padronizadas. A questão do vínculo, geralmente, pode ser encontrada no site da revista ou repositório com uma minibiografia do autor, mas aquelas que não tinham essa informação utilizou-se a Plataformas Lattes como ferramenta auxiliar.

A mesma situação aconteceu com a categoria formação autor (es). O critério para considerar a formação e o vínculo são experiências recentes, isto é a maior titulação de formação, portanto um autor possui doutorado em contabilidade e graduação em administração, foi incluído na tabela o doutorado e considera-se a formação em contabilidade.

O local do vínculo segue a lógica das categorias supracitadas. A maior titulação é associada à área do conhecimento deste título e associado à universidade a qual obteve-se o título. Caso o autor tenha vínculo com universidade e possui colocação no mercado, as duas informações foram inseridas na tabela.

A categoria temática diz respeito ao tema central da pesquisa, optou-se por escolher uma das palavras-chaves que mais encaixasse nesse quesito tendo por base o conteúdo de cada pesquisa.

Acerca do número de citações, os dados foram retirados da base de dados do Google Acadêmico. Sendo o título da pesquisa, utilizado para descobrir a quantidade de citações. Os resultados dos bancos de dados serão discutidos no tópico a seguir.

4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO

Para obter respostas quantitativas acerca da produção científica sobre governança digital foi construída uma base de dados com 63 artigos, teses e dissertações. Este mapeamento bibliométrico teve por foco o tema governança digital no Brasil, incluindo aspectos tanto do setor privado quanto público, por isso a busca por um maior alcance de pesquisas em diversas bases de dados.

4.1 FORMAÇÃO DOS AUTORES

A área de formação dos autores é uma categoria da base de dados construída ao longo da pesquisa. O critério para identificação foi vincular a área de formação com a maior titulação de cada autor e autora. O quantitativo total de áreas de formação encontrados na base foi de 87 áreas do conhecimento. Desta forma, o resultado segue a tabela abaixo:

Tabela 5- Área de formação dos autores

Área de Formação	Frequência	%
Direito	16	18%
Administração	15	17%
Ciência Política	6	7%
Ciência da Informação	5	6%
Administração Pública	4	5%
Ciências Sociais	4	5%
Sociologia	4	5%
Ciência da Computação	3	3%
Ciências Contábeis	3	3%
Gestão Pública	3	3%
Políticas Públicas	3	3%
Gestão de Políticas Públicas	2	2%
Sistemas de Informação	2	2%
Administração Profissional	1	1%
Análise de Sistemas	1	1%
Arquivologia	1	1%
Ciências Agrárias	1	1%
Ciências Econômicas	1	1%
Educação Profissional e Tecnológica	1	1%
Engenharia da Produção	1	1%
Engenharia Mecânica	1	1%
Gestão da Informação	1	1%
Gestão de Tecnologia da Informação	1	1%
História	1	1%
Informática	1	1%
Jornalismo	1	1%
Política Científica e Tecnológica	1	1%
Psicologia	1	1%
Relações Internacionais	1	1%
Saúde Pública	1	1%
Total	87	100%

Fonte: Elaboração própria.

Diante dos resultados, é possível notar a ampla diversidade de formações contida na base. Apesar da área de estudo sobre governança haver uma tendência para a área do conhecimento da Administração, Gestão Pública e Políticas Públicas, a área do Direito foi a formação mais frequente.

Os assuntos abordados por essa área de formação delineiam a questão do Marco Civil da Internet como é o trabalho de Pilati, J. I., & Vieira Cancelier de Olivo, M. (2017). Governança digital no controle da corrupção e promoção da transparência (Bataglia, B.M., &

Farranha, A. C., 2019). Constitucionalismo Digital e TICs (Takano, C. C., & da Silva, L. G., 2020). Democracia participativa (de Lessa Carvalho, F. L., & de Souza Filho, G. M., 2021). Acessibilidade e inclusão digital (Oliveira, G., & Da Silva, R., 2017). Dignidade humana, direitos humanos e governança (Fidalgo, A.A, & Wendt, E., 2020).

4.2 VÍNCULO DOS AUTORES

Neste tópico, foram realizadas análises acerca do vínculo dos autores com a instituição de ensino o qual obtiveram o maior grau de titulação. A fim de complementar a análise, coletou-se o local da instituição para observar a distribuição das regiões.

O critério adotado para alocar o local e universidade a cada autora e autor com vastos currículos acadêmicos foi utilizar a maior titulação e associar a universidade. Por exemplo, um autor possui doutorado (maior titulação do autor) na Universidade de Brasília que está localizada em Brasília. Estes são os resultados:

Tabela 6- Vínculo dos autores com universidades e local

Cidade	Universidade	Frequência	%Por Cidade
Belo Horizonte	Universidade Federal de Minas Gerais	4	50%
	Pontifícia Católica Minas Gerais	3	38%
	Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais	1	13%
Berkeley - EUA	Universidade da Califórnia	1	100%
	Escola Nacional de Administração Pública	1	6%
	Centro Universitário de Brasília	1	6%
Brasília	Universidade Católica de Brasília	1	6%
	Universidade de Brasília	13	81%
	Universidade Estadual de Campinas	3	100%
Canoas - RS	Centro Universitário La Salle	1	100%
Cascavel -PR	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	1	100%
Curitiba	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	2	29%
	Universidade Federal do Paraná	5	71%
Florianópolis	Universidade Federal de Santa Catarina	4	100%
	Universidade Federal do Ceará	5	83%
Fortaleza	Universidade de Fortaleza	1	17%
	Université Pierre Mendès France	1	100%
Grenoble - França	Université Pierre Mendès France	1	100%
Jacarezinho -PR	Universidade Estadual do Norte do Paraná	1	100%
João Pessoa	Universidade Federal da Paraíba	1	100%
Lavras	Universidade Federal de Lavras	1	100%
Lisboa- Portugal	Universidade de Lisboa	3	75%
	Universidade Nova de Lisboa	1	25%
Londres	London School of Economics and Social Sciences	1	100%
Loughborough Inglaterra	Loughborough University	1	100%
Maceió	Universidade Federal de Alagoas	1	100%

Manaus	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.	2	100%
Natal	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	4	100%
Porto - Portugal	Universidade do Porto	2	50%
	Universidade do Minho	2	50%
Porto Alegre	Universidade Federal de Santa Maria	1	7%
	Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul	4	29%
Provença - França	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	9	64%
	Aix-Marseille Université	1	100%
Recife	Universidade Federal de Pernambuco	5	100%
	Universidade Federal do Rio de Janeiro	2	18%
	Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais- IBMEC	2	18%
	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro	3	27%
Rio de Janeiro	Fundação Getúlio Vargas	2	18%
	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1	9%
	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	1	9%
Salamanca - Espanha	Universidad de Salamanca	1	100%
	Universidade Federal da Bahia	6	86%
Salvador	Universidade Salvador	1	14%
	Universidade Federal de Sergipe	1	100%
São Cristovão -SE	Universidade Federal do ABC	1	5%
	Pontifícia Católica São Paulo	2	10%
	Universidade São Francisco	1	5%
	Universidade Anhanguera	1	5%
	Escola de Engenharia de São Carlos	1	5%
São Paulo	Universidade Federal de São Paulo	1	5%
	Universidade de São Paulo	13	65%
	Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU	1	5%
	Universidade Federal de Viçosa	1	100%
Zaragoza - Espanha	Universidad de Zaragoza	1	100%
Sem informação	Sem informação	2	100%
Total		133	

Fonte: Elaboração Própria

A base de 63 artigos possui uma quantidade total de 133 autores. Pode-se observar que as universidades de maior frequência são: Universidade de Brasília e Universidade de São Paulo. Em terceiro lugar em relação a frequência, aparece a Universidade do Rio Grande do Sul. Vale ressaltar a busca dos profissionais por capacitação fora do país, principalmente na Universidade do Porto, em Portugal.

Com o intuito de observar o grau de formação e a área de atuação dos autores presentes na base de dados, coletou-se, separadamente, a maior titulação de cada um.

Tabela 7- Grau de Titulação

Grau de titulação	%
Doutorado	46%
Pós-doutorado	6%
Mestrado	33%
Especialização	5%
Graduação	8%
Dados incompletos	2%
Total	100%

Fonte: Elaboração Própria

Dentre a amostra de 133 autores, é possível notar o engajamento dos autores por qualificação e experiência acadêmica. Destaca-se também, a graduação com 8%, maior porcentagem em relação à especialização, buscando desenvolver pesquisas desde o início da vida acadêmica. Os dados incompletos correspondem aos dados de autores os quais não foram possíveis encontrar ou uma informação ou todas as informações.

E como uma forma de entender em que cenários estes autores atuam, coletou-se informações sobre o perfil de cada um optando por incluir em: acadêmico, mercado ou acadêmico e mercado e, posteriormente, descrever os cargos dos perfis.

Tabela 8- Perfil dos autores

Grau de titulação	Academia	Mercado	Academia e Mercado
Doutorado	80%	2%	18%
Pós-doutorado	88%	13%	0%
Mestrado	58%	9%	33%
Especialização	43%	14%	43%
Graduação	73%	18%	9%

Fonte: Elaboração própria

Pode-se observar e até deduzir que os autores com titulação de doutorado e de pós-doutorado optam, preferencialmente, pela carreira acadêmica e atuam como professor ou pesquisador. Por outro lado, aqueles que optam pela carreira de mercado buscam a especialização como meio de agregar conhecimento. Todos os autores que se encaixam na situação de especialização perfil mercado ou academia e mercado, possuem cargos públicos.

A mesma análise no mestrado mostra a tentativa de equilibrar os dois perfis: acadêmico e mercado. Diferente da especialização, no mestrado aparecem alguns cargos na esfera privada, mas a presença do cargo público ainda é forte.

O perfil de graduação trouxe de resultados: dois autores de mercado e um com perfil de academia e mercado. Este último e único dado é relevante uma explicação. A autora já

tinha uma graduação e Analista do Banco Central do Brasil e, posteriormente, entrou em outro curso de graduação de outra área do conhecimento.

4.3 AUTORES COM MAIS PUBLICAÇÕES

Diante do processo de análise descritiva dos dados, foi possível aplicar a Lei de Lotka para as publicações sobre governança digital e avaliar quantitativamente a publicação por autor dentro da base de dados. Todos os 133 autores presentes na base de dados foram considerados.

Tabela 9- Número de publicações

Número de Publicações	Quantidade de autores
2	7
1	126

Fonte: Elaboração própria

Pode-se inferir que 5,26% dos autores possuem recorrência em publicar artigos nesta temática em relação aos 94,73% que não possuem a recorrência em publicar sobre o assunto.

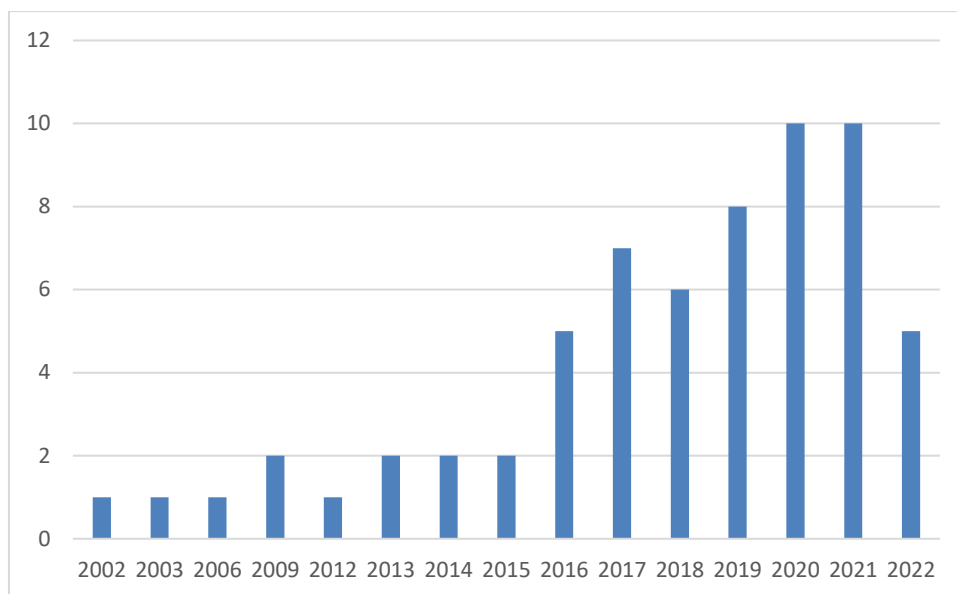
4.4 ANO DE PUBLICAÇÃO

O escopo da pesquisa retornou uma base de 63 pesquisas. Contudo, percebe-se que esse tema ainda apresenta pouca produção científica, especialmente sob o aspecto do setor privado com apenas três artigos.

Esta conclusão é similar à de Salume, Barbosa, Pinto & Sousa (2021) “é importante salientar ainda que a literatura sobre a temática transformação digital no Brasil ainda é incipiente” (p.5).

Por outro lado, a pesquisa bibliométrica de Gomes, Bezerra, de Medeiros, Oliveira, (2022). constatou que o tema transformação digital voltado ao setor público foi preciso excluir 295 artigos para se adequar ao escopo da pesquisa, por isso concluíram que os “dados demonstram a pouca produção científica dos assuntos estudados na Administração Pública, sendo mais comum a aplicação destes na iniciativa privada” (p. 25).

Gráfico 1-Frequência de publicação



Fonte: Elaboração própria

Nota-se que, apesar dos desafios de realizar uma pesquisa bibliométrica sobre o tema governança digital, a produção acadêmica vem aumentando desde 2016. Tendo em vista que até 2015 a média de artigos é 2 por ano, e de 2016 a 2022 essa média, por ano, chega a 7 artigos. Pode-se deduzir que o tema governança digital vem adquirindo força e interesse dos pesquisadores.

Uma justificativa possível é o impacto transição do governo eletrônico para o governo digital em 2015 e o Decreto nº 8.638 sobre Política de Governança Digital, conforme mencionado no item 2.1. De acordo com a base de dados, as pesquisas realizadas em 2016 possuem como temática: um artigo sobre E-participação, três artigos sobre Governança Digital e um sobre Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). O objetivo de um destes artigos com a temática de Governança Digital é comentar sobre o Decreto nº 8.638. Reafirmando, assim, a possibilidade de relação entre os eventos políticos e a produção científica.

4.5 PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS

Tabela 10 -Número de publicações periódicos

Periódicos	Número de Publicações
Organizações & Sociedade	3
Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias	3
Em Questão	2
Liinc em revista	2
RAM. Revista de Administração Mackenzie	2
Revista Controle	2
Revista De Administração Pública	2
Revista do Serviço Publico	2
Total	18

Fonte: Elaboração própria

A área do conhecimento destes periódicos é compatível com o termo de busca da pesquisa tanto governança digital quanto a palavra-chave TICs. Dentre as 63 pesquisas, estes 18 periódicos se destacaram na quantidade de publicações.

4.6 ARTIGOS MAIS CITADOS

Tabela 11- Artigos mais citados

Título	Autor(es)	Quantidade de Citações
O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional (2013)	Maria Alexandra Viegas Cortez da Cunha Paulo Roberto de Mello Miranda	153
Governo Eletrônico e Democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública (2002)	Marco Aurélio Ruediger	101
O papel do Governo Eletrônico no fortalecimento da governança do setor público (2014)	Lamartine Vieira Braga Wellington Souza Alves Rejane Maria da Costa Figueiredo Rildo Ribeiro dos Santos	84
Governança democrática na era da informação (2003)	Marco Aurélio Ruediger	77
e-Orçamentos Participativos como iniciativas de e-solicitação: uma prospecção dos principais casos e reflexões sobre a e-Participação (2016)	Rafael Cardoso Sampaio	41
Determinantes da disseminação voluntária de informações financeiras na internet	Wesley Mendes-da-Silva Paulo Azevedo de Oliveira Magalhães Filho	32

(2005)		
Barreiras para a Ampliação de Transparência na Administração Pública Brasileira: Questões Estruturais e Culturais ou Falta de Estratégia e Governança? (2018)	Edimara Mezzomo Luciano Guilherme Costa Wiedenhöft Fábio Pinheiro dos Santos	27
Governança digital na administração pública federal: uma abordagem estratégica para tornar o governo digital mais efetivo e colaborativo - a ótica da sociedade (2016)	Cristiano Rocha Heckert Everson Lopes de Aguiar	16
Do novo gerencialismo público à era da governança digital (2014)	Marco Cepik Diego Canabarro Ana Júlia Possamai	11
O gestor da segurança da informação no espaço cibernético governamental: grandes desafios, novos perfis e procedimentos (2015)	Eduardo Wallier Vianna Jorge Henrique Cabral Fernandes	10

Fonte: adaptado de Liparini e Baldissera (2020)

Entre as 63 pesquisas do banco de dados, estas foram as 10 mais bem citadas. A diferença entre a primeira colocação e a última são de 143 citações a menos. Isso reforça a conclusão do item 4.4. apesar de estar se movimentando no país desde 2000 com as iniciativas do Governo Federal, ainda é tema em ascensão e está despertando o interesse da comunidade acadêmica.

Ao tratar da ótica da relevância na produção acadêmica, Nicolai e Seidl mencionam a relevância prática, o conhecimento é aplicado na prática; relevância conceitual, que é a construção de novos conhecimentos para repensar a realidade ou o conhecimento legítimo a realidade (Nicolai e Seidl, 2010; citado em Mascarenhas, A. O., Zambaldi, F., & Moraes, E. A. de, 2011).

Vasconcelos (2009) completa a visão sobre relevância mencionando que a “relevância é normalmente construída por meio de um processo de diálogo com outros autores e do caráter interativo da discussão que se estabelece entre os autores dos artigos, os leitores e os potenciais autores de novas”. Portanto, a posição de relevância do tema governança digital, do ponto de vista dessa amostra, é incerto, pois há a construção do conhecimento sobre a realidade digital, porém o processo de diálogo é incipiente e de baixo alcance.

4.7 TENDÊNCIAS DE PESQUISA

Há um campo aberto de possibilidade de pesquisa envolvendo a governança digital e as Tecnologias de Informação e Comunicação e suas relações com outras áreas do conhecimento, como foi possível analisar no item 4.1 acerca da formação dos autores que pesquisam sobre esse tema.

Esta também é a aposta de Cunha & Miranda (2013) tendo em visto o notável impacto da TICs na sociedade e no governo. É possível utilizar diferentes abordagens e sugerir novos campos de pesquisa para ampliar a produção acadêmica sobre esse objeto. E concluem com “identificamos um espectro de temas a demandar atenção da academia, seja no estudo dos seus diversos elementos, seja na análise dos impactos das novas tecnologias, dos novos modelos de gestão e dos novos arranjos institucionais e operacionais” (p. 560 e 561)

Em 2002, no início do processo de implementação do Governo Eletrônico, Rüdiger (2002) já enxergava a potencialidade do governo eletrônico e das TICs de contribuir para a evolução da estrutura pública incorporar as tecnologias e aprimorar a gestão pública e conclui com “há a necessidade, portanto, de um plano de maior fôlego que seja estruturador... em torno do desenvolvimento do projeto de governo eletrônico (p.15) e promover a abertura de debates entre a sociedade (Rüdiger, 2003, p.23).

Após a fala de (Rüdiger, 2002, 2003) há mais de 10 anos, Braga, Alves, Figueiredo, & Santos (2014, p. 17) reforçam o poder da TICs como intermediário na inclusão digital, apoiando a governança e estabelecendo espaços de participação democrática e, assim, promovendo a cidadania.

Além de utilizar a tecnologia para transformar a atuação governamental, aprimorar o fornecimento de serviços, aproximar relações entre Estado e sociedade civil, é importante, portanto, promover a reconstrução da governança brasileira de forma a colocá-la sobre novas bases mais transparentes, participativas e inovadoras para o amadurecimento da democracia no país (Maciel, 2020, p. 14)

Neste sentido, as pesquisas que compõem a base de dados promovem discussões sobre a normatização das novas bases da governança digital como a privacidade, direito na internet, dignidade humana. Por outro lado, pesquisas voltadas para a administração e gestão reforçam a transparência, questões estruturais para aprimorar a governança digital, acessibilidade e inclusão digital. De modo geral, apesar do tema ser amplo e causar mudanças em muitas áreas do conhecimento, pouco se produz de conteúdo além destes mais centralizados em legislação e administração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo lançar mão de uma revisão bibliométrica relacionado ao tema da governança digital e às TICs, de modo a acompanhar a produção científica e desenvolvimento do tema tanto no setor público quanto no setor privado. E, assim responder, ao seguinte problema de pesquisa: como se apresenta a produção científica sobre Governança Digital?.

Estes são principais resultados retirados da base de 63 artigos, teses e dissertações. Acerca do tema governança digital, houve um aumento de pesquisas após 2016, subindo, em média, duas para sete publicações ao ano. A área de formação dos autores que mais desenvolvem pesquisas sobre o assunto são direito e administração. E, por conseguinte, o grau de titulação dos autores que discutem o tema são de doutorado e mestrado, respectivamente 46% e 33%. Os autores dividem experiência entre a academia e mercado, principalmente setor público.

Em relação às pesquisas, 5,26% dos autores apresentam mais de uma publicação sobre governança digital. O artigo mais citado da base de dados cujo título é “O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional” de 2013 e escrito por Maria Alexandra Viegas Cortez da Cunha Paulo Roberto de Mello Miranda possui 153 citações. E trata sobre proposta de agenda para a pesquisa no uso e nas implicações sociais das TIC pelos governos no Brasil.

Apesar de estar se movimentando no país desde 2000 com as iniciativas do Governo Federal tanto do governo eletrônico quanto da governança digital, ainda é tema em ascensão e está despertando o interesse da comunidade acadêmica. As publicações, no geral, não adquiriram relevância no meio acadêmico resultando em poucos artigos com mais de 10 citações. Cabe ressaltar que apenas três artigos da base mencionam o setor privado, de forma que o assunto tende a abordagem pública.

É notável o desenvolvimento do Brasil lançando mão do uso das TICs para promover a transparência das informações, melhorias de serviços, participação social e a inclusão digital. No entanto, ainda há assimetrias informacionais nas esferas do poder público, proteção de dados e privacidade, fragilidade da cibersegurança, portanto é necessário buscar a evolução do Governo e da Governança Digital, mas ainda existem barreiras culturais e estruturais que precisam ser revistas (Maciel, 2020, p. 14)

Acerca do problema de pesquisa: como se apresenta a produção científica sobre Governança Digital?, Percebe-se a produção de estudos relacionados à Governança Digital ainda é pequena, mesmo havendo uma quantidade maior de publicações desde 2016. Pode-se

considerar uma área do conhecimento ampla e aberta a qualquer formação que ainda tem muito a ser desenvolvida, principalmente sobre o impacto das TICs e da governança digital na contabilidade.

Vale ressaltar que o limite desta pesquisa está na escolha das palavras-chaves para construir a base de dados. Assim, como sugestão de pesquisa futuras, pode-se utilizar outros termos indexadores como, por exemplo, transformações digitais. E uma segunda sugestão pode-se abrir o recorte da pesquisa para artigos internacionais e fazer comparabilidade sobre uma área da governança digital ou até mesmo escolher um órgão ou setor de uma organização para analisar o impacto da governança digital.

REFERÊNCIAS

- Almeida, J. E. F. de. (2010). *Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos* [Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.12.2010.tde-29112010-182706>
- Araujo, R. N. (2016). *Governança digital: uso de tecnologias da informação e comunicação e estratégias de inovação do Governo Federal para melhorar a prestação de serviços públicos*. <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/12221>
- Barbosa Rodrigues, C., & Giorgini Fusco Cammarosano, F. (2022). Governança Digital: Avanços e Desafios do Processo Administrativo Eletrônico no Brasil. *Revista de Direito Internacional e Globalização Econômica*, 9(9), 198–219. <https://doi.org/10.23925/2526-6284/2022.v9n9.58939>
- Barros, S. A. R., & Sampaio, R. C. (2017). A confiança para a manutenção de uma inovação democrática: o caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 22(72). <https://doi.org/10.12660/cgpc.v22n72.60133>

Bertin, P. R. B., & Fortaleza, J. M. (2020, março). *O processo de construção da Política de Governança de Dados, Informação e Conhecimento da Embrapa*.

<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5001>

Bezerra, E. G. (2018). *Governança digital : mensuração em websites de universidades nacionais e internacionais*. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35572>

Bezerra, T. J. de S. L. (2020). *A constitucionalização da democracia digital no direito brasileiro: a regulação das políticas e estratégias de governança digital na Administração Pública Federal*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Borsio Bataglia, M., & Farranha, A. C. (2019). GOVERNANÇA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: o uso de tecnologias para a prevenção da corrupção e promoção da transparência. *Revista da CGU*, 11(18), 23.

<https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v11i18.147>

Braga, L. V., Alves, W. S., Figueiredo, R. M. da C., & Santos, R. R. dos. (2014). O papel do Governo Eletrônico no fortalecimento da governança do setor público. *Revista do Serviço Público*, 59(1), 05–21. <https://doi.org/10.21874/rsp.v59i1.137>

Brandi, L. S. N., & Silva, A. M. da. (2017). *Administração pública municipal: uma investigação sobre a governança digital*. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/133315>

Brandi, L. S. N., & Silva, A. M. da. (2018). Governança Digital: estudo comparado em municípios brasileiros e portugueses. *Prisma Com*, 35, 73–107.

<https://doi.org/10.21747/16463153/35a4>

Carvalho, F. L. de L. (2022). A nova lei do governo digital e a possibilidade de incremento da participação social na Administração Pública brasileira: The new digital government law and the possibility of increasing social participation in the Brazilian Public Administration. *International Journal of Digital Law*, 3(1).
<https://doi.org/10.47975/ijdl.carvalho.v.3.n.1>

Castells, M., & Cardoso, G. (2005). A Sociedade em Rede Do Conhecimento à Acção Política. Livro organizado a partir de Conferência promovida pelo então Presidente da República de Portugal. Em Conferência. Belém (Por): Imprensa Nacional (Org.), *A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política*.
<https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/sociedade-em-rede-do-conhecimento-%C3%A0-ac%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica>

Castells, Manuel. (1999). *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura 8 ed.* Paz e Terra.

Cepik, M. A. C., Canabarro, D. R., & Possamai, A. J. (2010). *Do novo gerencialismo público à era da governança digital*. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79095>

Cézar, D. D. O., Coimbra, A. T., & Silva, M. A. C. da. (2017). ANÁLISE DAS PRODUÇÕES SOBRE GOVERNANÇA DE TIC NO CENÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: um estudo bibliométrico. *Encontro Internacional De Gestão, Desenvolvimento E Inovação (EIGEDIN)*, 1(1).
<https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/4339>

Confederação Nacional da Indústria Desafios para a indústria 4.0 no Brasil / Confederação Nacional da Indústria. - Brasília: CNI. (2016).

https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/d6/cb/d6cbfbba-4d7e-43a0-9784-86365061a366/desafios_para_industria_40_no_brasil.pdf

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, (05 de outubro de 1988).

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Crispim, R. F. (2021). *Participação cidadã digital : análise de instrumentos de ação pública do Governo Federal brasileiro sobre governança digital e governo digital*.

<https://bdm.unb.br/handle/10483/30328>

Cunha, M. A. V. C. da, & Miranda, P. R. de M. (2013). O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. *Organizações & Sociedade*, 20(66), 543–566. <https://doi.org/10.1590/s1984-92302013000300010>

da Internet no Brasil, C. G. ([s.d.]). *Pesquisa TICs Empresa*. Cetic.

<https://www.cetic.br/pt/pesquisa/empresas/>

de Souza Daniel Nascimento-e-Silva, R. O. da S. J. A. de O. A. F. S. S.

(2022). *GOVERNANÇA DIGITAL ATRAVÉS DO USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO: O CASO DA PREFEITURA DE MANAUS*. In book: *Aplicação estratégica e multiplicidades da gestão contemporânea (pp.540 - 558)* Publisher: Editora E-Publicar. Editora E-Publicar.

https://www.researchgate.net/publication/360378588_GOVERNANCA_DIGITAL_ATRAVES_DO_USO_DAS_TECNOLOGIAS_DE_INFORMACAO_E_COMUNICAO_NO_SERVICO_PUBLICO_O_CASO_DA_PREFEITURA_DE_MANAUS

de Souza, M. S., & Ribeiro, D. M. M. (2021). *Mensuração de desempenho em Smart Government: análise da Estratégia de Governança Digital do Governo Federal do Brasil*. <https://aisel.aisnet.org/confirm2021/11>

de Souza Santos, M. H. (2021). ASPECTOS DA GOVERNANÇA DIGITAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DO BRASIL SOB A LUZ DAS ORIENTAÇÕES DA OCDE. *Revista Tempo do Mundo*, 25, 331–355.
<https://doi.org/10.38116/rtm25art12>

Decreto 7.724, (16 de maio de 2012). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm

Decreto nº 3.697, (21 de dezembro de 2000).
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3697.htm

Decreto nº 5.134, (7 de julho de 2004). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5134.htm

Decreto nº 5.450, (31 de maio de 2005). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm

Decreto nº 8.638, (15 de janeiro de 2016). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8638.htm

Decreto nº 8.777, (11 de maio de 2016). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm

Decreto nº 8.936, (19 de dezembro de 2016).
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8936.htm

Decreto nº 9.094, (17 de julho de 2017). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9094.htm

Decreto nº 9.319, (21 de março de 2018). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9319.htm

Decreto nº 9.756, (11 de abril de 2019). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9756.htm

Decreto nº 10.322, (15 de abril de 2020). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10322.htm

Decreto Presidencial, (3 de abril de 2000).

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2000/dnn8917.htm

Dias, R., Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal, Gomes, M., & Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Brasil; Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal. (2021). Do Governo Eletrónico à Governança Digital: Modelos e Estratégias de Governo Transformacional. *Ciências e Políticas Públicas / Public Sciences & Policies*, 7(1), 93–117.

<https://doi.org/10.33167/2184-0644.cpp2021.vviiin1/pp.93-117>

Divino, S. B. S., & Magalhães, R. A. (2021). INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO EMPRESARIAL: MECANISMOS DE GOVERNANÇA DIGITAL PARA IMPLEMENTAÇÃO E CONFIABILIDADE. *Economic Analysis of Law Review*, 11(3), 72. <https://doi.org/10.31501/ealr.v11i3.11759>

- do Amaral Aires, R. W., Moreira, F. K., & de Sá Freire, P. (2017). INDÚSTRIA 4.0: COMPETÊNCIAS REQUERIDAS AOS PROFISSIONAIS DA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL. *Anais do Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação – ciki*, 1(1). <https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/314>
- Do Eletrônico ao Digital*. (2020, abril). Governo Digital. <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/do-eletronico-ao-digital>
- Fidalgo, A. A., & Wendt, E. (2016). Governança Digital no Brasil: *Revista Eletrônica Direito & TI*, 1(4), 7–7. <https://direitoeti.com.br/direitoeti/article/view/68>
- Filho, H. P. P. (2017). *GOVERNANÇA DIGITAL E COPRODUÇÃO NAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS*. Org.br. https://consad.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Painel-25_02.pdf
- Francis dos Santos Maciel, C. S. (2020). Governança digital e transparência pública: avanços, desafios e oportunidades. *Liinc em revista*, 16(2), e5240. <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5240>
- Gomes, D. F. R. (2018). *Governança digital : desenvolvimento de um índice para autarquias públicas federais vinculadas ao Ministério da Educação*. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32724>
- Gomes, D. F. R., Moreira, M. F., & Silva Filho, E. P. da. (2020). Participação cidadã: o gap da governança digital nas autarquias e fundações da educação no Brasil. *Organizações & Sociedade*, 27(94), 431–458. <https://doi.org/10.1590/1984-9270943>

- Gomes, M. G. S., Bezerra, J. P. R., de Medeiros, M. F. M., & de Oliveira, K. (2022). TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, GOVERNO DIGITAL E GOVERNANÇA DIGITAL APLICADOS NO ÂMBITO PÚBLICO – UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. *Revista de Inovação e Tecnologia - RIT*, 12(1), 17–34. <https://www.rit.openjournalsolutions.com.br/index.php/rit/article/view/64>
- Guedes, D. R., & da Silva Júnior, A. R. (2021). Governança Pública no Brasil: Estado da Arte dos Estudos Publicados de 2009 a 2019. *Revista Controladoria e Gestão*, 2(1), 370–387. <https://seer.ufs.br/index.php/rcg/article/view/14126>
- Guedes, V. L. S., & Borschiver, S. ([s.d.]). *BIBLIOMETRIA: UMA FERRAMENTA ESTATÍSTICA PARA A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO, EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, DE COMUNICAÇÃO E DE AVALIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA*. Ufba.br. Recuperado 16 de fevereiro de 2023, de http://cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf
- Guerra, F., & Massensini, R. L. (2012). Políticas de informação em tempos de governo eletrônico: um estudo preliminar sobre a governança informacional no estado de Minas Gerais. *InCID Revista de Ciência da Informação e Documentação*, 3(1), 105–124. <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v3i1p105-124>
- Henrique Ramos Medeiros, P., & de Aquino Guimarães, T. (2006). A institucionalização do governo eletrônico no Brasil. *RAE*, 46(4), 1–13. <https://doi.org/10.1590/s0034-75902006000400007>
- Hohlfeldt, A. (2009). Tecnologias da Comunicação e desenvolvimento: três aspectos vistos desde o Brasil. *Intercom: Revista Brasileira De Ciências Da Comunicação*, 32. <https://doi.org/10.1590/rbcc.v32i2.261>

Idzi, F. M. (2021). *Governança digital: análise de componentes chave, modelos de contratos sociais e barreiras para o design de políticas públicas*.

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/31436>

Januário, S. B. B., & Correa, R. F. (2020). Contribuições da Ciência da Informação para a cidadania digital no Brasil: a participação social em questão. *Em Questão*, 26(2), 306–329. <https://doi.org/10.19132/1808-5245262.306-329>

Junior, I. F. B., & Rodrigues, C. B. (2013). Governo eletrônico, cidadania e inclusão digital. *Revista Direito e justiça: Reflexões sociojurídicas*, 12(19), 91–112.

<https://core.ac.uk/reader/322641420>

Leão, P. A. S., Oliveira, J. C., & Magalhães Filho, J. C. (2009). O Governo Eletrônico e a Nova Administração Pública. *Revista Controle*, 7(1), 285–300.

<https://doi.org/10.32586/rcda.v7i1.294>

Lei Complementar nº 101, (4 de maio de 2000).

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

Lei de Acesso à Informação (LAI) , *Lei nº 12.527*, (18 de novembro de 2011).

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm

Lei nº 12.965, (23 de abril de 2014). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm

Lei nº 13.460, (26 de junho de 2017). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113460.htm

Lei nº 13.709, (14 de agosto de 2018). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm

Liparini, S. A., & Baldissera, J. F. (2020). TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTABILIDADE PÚBLICA: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA. *Revista de Informação Contábil, [S.l.]*, v. 13, n. 1, p. 24-46, jun. 2020.
<https://doi.org/10.34629/RIC.V13I1.24-46>

Lobo, L. M. (2019). *Governança digital como ferramenta mitigadora de conflitos: proposta de um novo paradigma para o setor público* [Universidade de Fortaleza - BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações].
<https://uol.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=114219>

Luciano, E. M., Wiedenhöft, G., & Pinheiro dos Santos, F. (2018). Barreiras para a Ampliação de Transparência na Administração Pública Brasileira: Questões Estruturais e Culturais ou Falta de Estratégia e Governança? *Administração Pública e Gestão Social, 10*(4), 282–291. <https://doi.org/10.21118/apgs.v10i4.2017>

Mascarenhas, A. O., Zambaldi, F., & Moraes, E. A. de. (2011). Rigor, relevância e desafios da academia em administração: tensões entre pesquisa e formação profissional. *RAE, 51*(3), 265–279. <https://doi.org/10.1590/s0034-75902011000300007>

Medeiros, Mauricius Munhoz de, Maçada, A. C. G., & Freitas Júnior, J. C. da S. (2021). Estratégia e Ciência de Dados Relacionadas à Vantagem Competitiva – um Ensaio Teórico. *Future Studies Research Journal Trends and Strategies, 13*(3), 325–355.
<https://doi.org/10.24023/futurejournal/2175-5825/2021.v13i3.565>

Medeiros, M. M., Maçada, A. C. G., & Hoppen, N. ; O. P. D. A. E. A. D. (2021). O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DE BIG DATA COMO HABILITADORAS DA GESTÃO DO DESEMPENHO CORPORATIVO. *Revista de Administração Mackenzie*, 22(6).

Medida Provisória nº 2.200-2, (24 de agosto de 2001).

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2001/2200-2.htm

Melo, J. H., Silva, J. T., & Azeredo Esteves, R. de C. S. P. (2022). Análise dos decretos estaduais sobre sistemas eletrônicos de gestão de documentos à luz da governança arquivística. *Em Questão*, 114465. <https://doi.org/10.19132/1808-5245283.114465>

Mendes-da-Silva, W., & Magalhães Filho, P. A. de O. (2005). Determinantes da disseminação voluntária de informações financeiras na internet. *RAE eletrônica*, 4(2).

<https://doi.org/10.1590/s1676-56482005000200004>

Mesquita, K. (2020). A EVOLUÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO NO BRASIL E A CONTRIBUIÇÃO DAS TIC NA REDEFINIÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE. *Comunicologia - Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília*, 12(2), 174.

<https://doi.org/10.31501/comunicologia.v12i2.10900>

Miranda, G. L. (2007). Limites e possibilidades das TIC na educação. *Revista de Ciências da Educação Unidade de I&D de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa*, 41–50.

Mirza Muhammad, N., & Khalid, M. (2009). Use of bibliometrics in LIS research. *LIBRES*, 19(2). <https://doi.org/10.32655/libres.2009.2.4>

- Moura, M. A. (2016). Política de Governança Digital Brasileira: em pauta a participação social e a transparência ativa. *Revista Ágora: políticas públicas, comunicação e governança informacional*, 1(1), 121–125.
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistaagora/article/view/2621>
- Nascimento, R. S., Sá, D. A., Da Silva França, E., & Viotto, R. (2019). Análise comparativa do nível de qualidade da governança pública a partir dos recursos da tecnologia da informação e da comunicação (TIC). *Revista Controle - Doutrina E Artigos*, 17(1), 47–81.
- Neves, F., & Silva, P. (2021). E-government em portais públicos de municípios: Do visível para o invisível. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 20, e3160.
<https://doi.org/10.16930/2237-766220213160>
- O que é e como funciona - Portal da transparência.* ([s.d.]). Gov.br. Recuperado 5 de fevereiro de 2023, de <https://portaldatransparencia.gov.br/sobre/o-que-e-e-como-funciona>
- Oliveira, G. F., & Da Silva, R. L. (2017). A ACESSIBILIDADE COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E INCLUSÃO DIGITAL NA GOVERNANÇA ELETRÔNICA: uma análise dos portais do Poder Legislativo brasileiro. *Revista de Direito Governança e Novas Tecnologias*, 3(1), 23.
<https://doi.org/10.26668/indexlawjournals/2526-0049/2017.v3i1.1940>
- Padoveze, C. L., Benedicto, G. C., Romanini, G., & Copatto, A. C. (2004). Objeto, Objetivos e Usuários das Informações Contábeis. *Revista de administração da Unimep*, 2(2), 77–102. <https://doi.org/10.15600/1679-5350/rau.v2n2p77-102>

Parra Filho, H. C. P., & Martins, R. A. P. (2017). Governança digital como vetor para uma nova geração de tecnologias de participação social no Brasil | Digital governance as a vector for a new generation of social participation technologies in Brazil. *Liinc em revista*, 13(1). <https://doi.org/10.18617/liinc.v13i1.3895>

Pena, A. C. O. R. (2020). Pregão Eletrônico: Ferramenta para a manutenção e fortalecimento da governança digital. *Revista Defesa e Segurança*, 4, 30–41. <https://doi.org/10.34180/2447-9365.2019v4n2p30>

Pilati, J. I., & Vieira Cancelier de Olivo, M. (2017). Privacidade, Pós-modernidade jurídica e Governança digital: o exemplo do Marco Civil da Internet na direção de um novo direito. *Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL] - Qualis A2*, 18(1), 65–82. <https://doi.org/10.18593/ejll.v18i1.7252>

Pimenta, M. S., & Canabarro, D. R. (2014). *Governança digital*. Editora Da Ufrgs.

Pires, T. G. (2019). *Uma avaliação da implantação da política de governança digital na Universidade Federal do Ceará*. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/49953>

Portaria nº 23, (12 de maio de 2000). <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/do-eletronico-ao-digital>

Queiroz, G. de S. (2018). *Política de governança digital na secretaria da Receita Federal do Brasil: análise da gestão de serviços públicos digitais*. <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3353>

Revisão do Governo Digital do Brasil: Rumo à Transformação Digital do Setor Público. (2018). *Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)*.

<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3627/1/2b.%20Review%20OCDE%20Governo%20Digital%20%28Portugu%C3%AAs%29.pdf>.

Rocha, C., Everson, H., & De Aguiar, L. (2022). *GOVERNANÇA DIGITAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL: UMA ABORDAGEM ESTRATÉGICA PARA TORNAR O GOVERNO DIGITAL MAIS EFETIVO E COLABORATIVO - A ÓTICA DA SOCIEDADE*. In *Congresso de Gestão Pública-Consad*. consad.org.br. <https://consad.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Painel-32-01.pdf>

Rodrigues, M. P. (2016). *Governança digital e transparência pública : uma análise das prefeituras paranaenses*. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/45907>

Rojas, C. C. C., & Dufour, F. P. (2015). A Utilização das TICS e a Contribuição das Cidades Digitais para o Favorecimento da Governança. *Revista de Direito Governança e Novas Tecnologias*, 1(1), 98. <https://doi.org/10.26668/indexlawjournals/2526-0049/2015.v1i1.49>

Ruediger, M. A. (2002). Governo eletrônico e democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. *Organizações & Sociedade*, 9(25), 29–43. <https://doi.org/10.1590/s1984-92302002000300004>

Ruediger, M. A. (2003). Governança democrática na era da informação. *Revista de administração pública*, 37(6), 1257 a 1280–1257 1280. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6522>

Saldanha, D. M. F., & Silva, M. B. D. A. (2020). Transparência e accountability de algoritmos governamentais: o caso do sistema eletrônico de votação

- brasileiro. *Cadernos EBAPE BR*, 18(spe), 697–712. <https://doi.org/10.1590/1679-395120190023>
- Sales, R. J. V. (2020). *Governança digital: uma solução tecnológica para os municípios*. <http://tede.unifacs.br/tede/handle/tede/682>
- Salume, P. K., Barbosa, M. W., Pinto, M. R., & Sousa, P. R. (2021). Key dimensions of digital maturity: A study with retail sector companies in Brazil. *RAM Revista de Administração Mackenzie*, 22(6). <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eramd210071>
- Sampaio, R. C. (2016). e-Orçamentos Participativos como iniciativas de e-solicitação: uma prospecção dos principais casos e reflexões sobre a e-Participação. *Revista de administração pública*, 50(6), 937–958. <https://doi.org/10.1590/0034-7612152210>
- Sampaio, R. C., Braga, S., Carlomagno, M. C., Marioto, D. J. F., Brum, M., & Borges, T. (2019). Estado da arte da democracia digital no Brasil: oferta e sobrevivência das iniciativas (1999-2016). *Revista do Serviço Público*, 70(4), 693–734. <https://doi.org/10.21874/rsp.v70i4.3543>
- Santos, F. P. dos. (2018). *Compreendendo estratégias e barreiras para a adoção da governança digital em estados brasileiros*. <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8488>
- Sivarajah, U., Irani, Z., & Weerakkody, V. (2015). Evaluating the use and impact of Web 2.0 technologies in local government. *Government Information Quarterly*, 32(4), 473–487. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2015.06.004>

Sobre a Lei de Acesso à Informação. (2020, setembro). CAPES. <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao/sobre-a-lei-de-aceso-a-informacao>

Soumitra, D., Bruno, L., Sacha, W.-V., Rivera, L. L., & World Intellectual Property Organization,. ([s.d.]). *Global innovation index 2022* : Unknown.

Takano, C. C., & Silva, L. G. da. (2020). O CONSTITUCIONALISMO DIGITAL E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC). *Revista de Direito Governança e Novas Tecnologias*, 6(1), 1.
<https://doi.org/10.26668/indexlawjournals/2526-0049/2020.v6i1.6392>

Vasconcelos, F. C. de. (2009). Editorial: relevância e rigor na academia. *RAE*, 49(1), 5–5.
<https://doi.org/10.1590/s0034-75902009000100001>

Vianna, E. W., & Fernandes, J. H. C. (2015). O gestor da segurança da informação no espaço cibernético governamental: Grandes desafios, novos perfis e procedimentos. *Brazilian Journal of Information Science*, 9(1). <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2015.v9n1.05.p65>

Villarinho, B., Thomaz Pereira, A., & Flavio Autran Monteiro Gomes, L. (2021). O FOG DIGITAL NOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO - UMA REVISÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. *RGC - Revista de Governança Corporativa*, 6(1).
<https://doi.org/10.21434/iberoamericanjcg.v6i1.36>